

Restauração de forro transforma Gerência de Elementos Artísticos em ateliê-vitrine

página 09



Acervo Iepha/MG



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



Confira na página 08

Entrevista: arquiteto defende que pensar o patrimônio é
simétrico a prospectar o futuro

páginas 06 e 07



Nomes originais de ruas de BH, mistura de homenagem
e lição escolar

página 04

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

CORREIOS

Editorial

É preciso haver consenso

"Em nome do patrimônio temos assistido desenvolver-se uma reserva de mercado e um monopólio do discurso para alguns cujos argumentos são usados para calar todos os outros." - Cacá Brandão.

A entrevista publicada neste número com Cacá Brandão, arquiteto e professor, para ficar apenas em dois de seus campos de atuação, possibilita repensar conceitos acerca dos diversos procedimentos e atores que influenciam, de modos diferenciados, no campo da cultura e do patrimônio a ser preservado, conservado e promovido. As respostas de Cacá também nos levam a reflexões quanto à tendência de "patrimonialização" que ocorre no momento e seus conflitos/adesões junto dos diferentes segmentos sociais.

A *Ordem Patrimonial* que está em ebulição há muitos anos ainda não conseguiu seu denominador comum, e provavelmente nunca o terá. As posições antagônicas de como tratar as questões que visem à preservação da memória e da identidade não é só um embate entre forças antagônicas: dentro dos próprios organismo que detêm a competência legal há tendências diferenciadas, o que é salutar, desde que se chegue a consensos para não inviabilizar ações e oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, sustentáveis.

Nos contatos cotidianos com segmentos públicos e privados sempre nos são repassadas as afirmativas de que, além do interesse em preservar, há questões que ainda necessitam de melhor ordenamento, pois restaurar um bem cultural é uma tarefa onerosa em todos os sentidos - técnico, orçamentário, legal, político, social e econômico. E muitas vezes diretrizes e orientações estão ainda atreladas a procedimentos conceituais questionados por novos pensadores, em função de uma visão de mundo contemporânea.

O Iepha/MG, juntamente com o Sistema Estadual de Cultura, após um ano de adequações de procedimentos necessários a uma mais eficaz rotina dos trabalhos, está estudando ações em que o patrimônio cultural mineiro possa ser melhor atendido, avaliado e promovido. Esperamos que, a partir do próximo número, possamos informar novas proposições que poderão criar uma maior visibilidade, descentralização e corresponsabilidade por todos os segmentos sociais em prol desse patrimônio.

O Bem Informado vem cumprindo de modo eficaz uma de nossas políticas públicas que é a promoção e divulgação de nosso patrimônio. Tal assertiva pode ser avaliada pela crescente requisição do jornal por diversas instituições e cidadãos, cuja tiragem atual, infelizmente, não atende a essa demanda. O Iepha/MG está avaliando a viabilidade orçamentária para que possamos ampliar a tiragem e atender aos solicitantes, aos quais pedimos compreensão pelo não atendimento no momento.

Desejamos que os artigos aqui apresentados contribuam para que os leitores, da forma possível a cada um, possam nos auxiliar na defesa e divulgação do valioso patrimônio cultural mineiro, em especial aquele que é vivenciado cotidianamente por cada um de nós.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

ICMS, mudanças só em 2010

Foi publicada no dia 13 de janeiro a Lei 18.030, que altera as regras do ICMS Patrimônio Cultural. As alterações entrarão em vigor apenas em 2010 e no momento oportuno serão divulgadas. Para este ano continuam valendo as antigas normas. As prefeituras mineiras têm até o dia 15 de abril para enviar ao Iepha a documentação para análise e pontuação.

Segundo Carlos Henrique Rangel, diretor de Promoção, a entrega da documentação deverá ser feita por Sedex, com comprovante de postagem e de recebimento - não será aceita a entrega pessoalmente.

Os valores do repasse, estimados por ponto, podem garantir ao município uma verba extra que ajuda no orçamento das prefeituras. Tombamentos federais e estaduais dos bens culturais nas categorias núcleos históricos, conjuntos paisagísticos, bens imóveis e bens móveis recebem pontuação maior. Em 2008 o repasse correspondeu a cerca de R\$ 48 milhões.

As dúvidas referentes ao ICMS podem ser encaminhadas ao email: icms@iepha.mg.gov.br.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim, Alexander Alves Ribeiro

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Crucifixo apreendido em BH pode ser de Cocais

Graças a fotos divulgadas pela imprensa nos últimos meses, uma das 37 peças recuperadas pela Operação Pau Oco II foi reconhecida pelas irmãs Maria da Piedade de Lima, 66 anos, e Maria Gabriela da Conceição Camilo, 68 anos. No último dia 22 de janeiro, elas compareceram à sede do Iepha onde contaram à gerente de Identificação do instituto, Angela Dolabela Canfora, e ao coordenador das Promotorias de Justiça e Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, Marcos Paulo de Souza Miranda, que reconheceram o crucifixo em madeira e prata (cravos), possivelmente do fim do século 18, em matéria publicada pelo jornal Estado de Minas em dezembro. A peça foi recuperada durante a Operação Pau Oco II realizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, em conjunto com o Iepha, a Secretaria de Estado de Fazenda e as polícias Civil e Militar, em julho do ano passado.

Piedade relatou que durante sua infância, no distrito de Cocais, em Brumadinho, freqüentava a Capela de São José de Brumadinho. Na época, um motorista de um caminhão teria chegado à igreja, procurando pelo zelador, dizendo que o pároco de Bom Jesus do Amparo teria mandado buscar alguns móveis, inclusive um oratório onde ficava um crucifixo de madeira, juntamente com outras imagens menores. Soube-se depois que se tratava de um furto.



▲ Crucifixo apreendido na operação Pau Oco II

detalhes de como se lembrava do crucifixo. "A cruz tinha uma tonalidade clara, era encaixada em uma base semelhante a um monte de pedras", declarou.

Angela esclarece que o próximo passo é divulgação da imagem do crucifixo para que outras pessoas também o reconheçam. O Ministério Público abriu investigação para confirmar a procedência do crucifixo.

| Operação Pau Oco II

A Operação Pau-Oco II apreendeu 37 peças, em 30 de julho do ano passado, suspeitas de terem sido ilegalmente comercializadas, em antiquários e residências de Belo Horizonte, Contagem, Ouro Preto, Tiradentes e São João del-Rei.

Por determinação judicial, estão guardados na reserva técnica do Museu Mineiro, além do crucifixo de 71 cm de altura e 31 cm de profundidade, uma imagem de Santa Rita, com 46 cm de altura; um tocheiro, com três anjos, de 1,02m; seis castiçais, sendo quatro de prata e madeira e dois de jacarandá.

Ao todo, nove locais foram fiscalizados na operação que combateu sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e exercício ilegal do comércio de obras de arte e antiguidades.



Arquivo Iepha/MG

▲ Técnicos do Iepha/MG analisam material

| Trabalho de identificação de peças

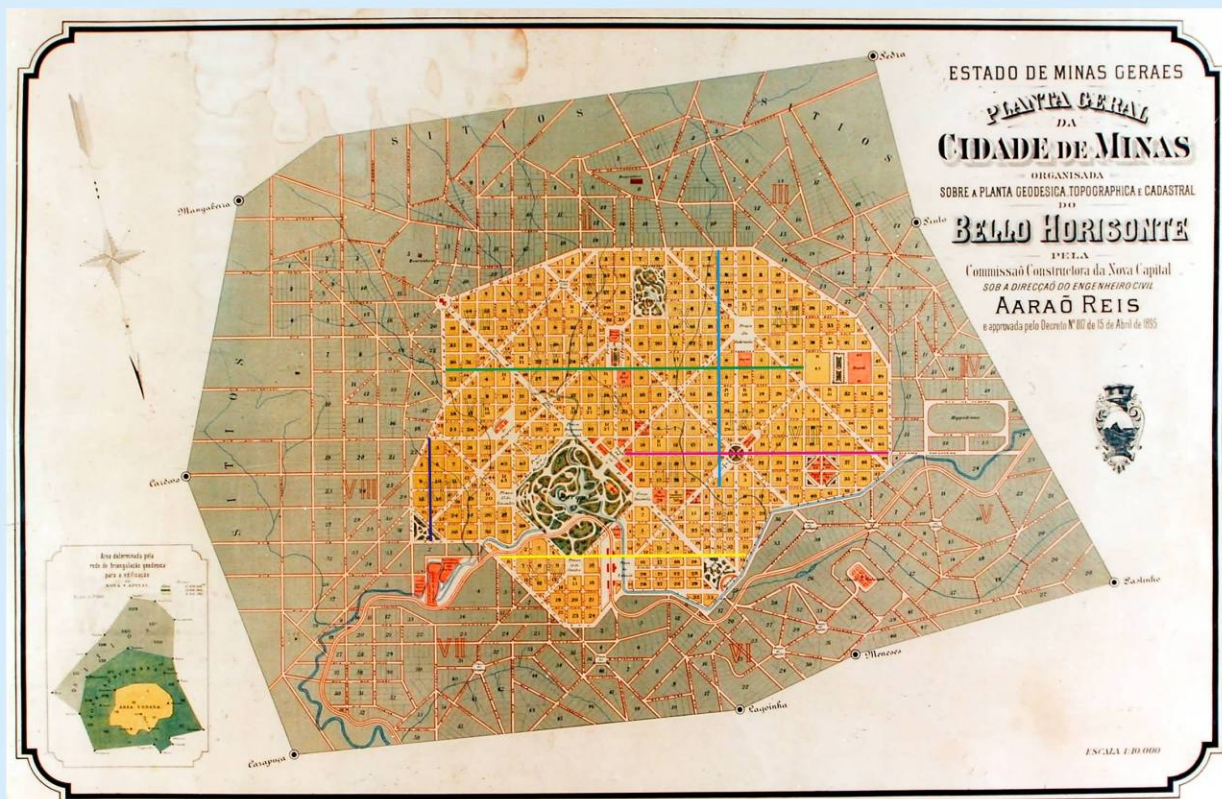
Dando continuidade ao trabalho da GID, começou no último dia 23 de janeiro, um trabalho de identificação de um rico acervo guardado no galpão da Polícia Civil em Belo Horizonte. São quase 300 peças dos séculos XVII, XVIII e XIX, frutos de apreensão ao longo dos anos. A maioria dos objetos pode pertencer a igrejas da região metropolitana.

Nessa primeira etapa será feita o cadastro de todas as peças, tirando fotos e consultando o banco de dados do Iepha e da Coordenadoria das Promotorias de Justiça e Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico/Ministério Público Estadual (CPPC/MPE) para verificar se há algum referência. "A partir desse inventário ficará mais fácil localizar a procedência das peças", relata Angela Dolabela Canfora, gerente de Identificação do Iepha.

Nomes de ruas registram história

Na dinâmica evolução dos centros urbanos, vários momentos e personagens históricos vão ficando registrados por meio de homenagens prestadas em nomes de ruas, praças, avenidas e outros espaços públicos. Exemplo atual é o anúncio de que 11 viadutos e uma trincheira da Linha Verde, em Belo Horizonte, receberão nomes de escritores mineiros do século XX, como Fernando Sabino, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade.

Inconfidentes e bandeirantes, tribos indígenas, datas cívicas, estados e rios brasileiros são alguns dos temas escolhidos há 111 anos para localizar endereços na então recém-construída capital mineira. Muitos destes tributos urbanos foram modificados com os anos e só resistiram em registros documentais. Outros continuam vivos nas placas das vias por onde transitam diariamente seus 2,5 milhões de habitantes.



▲ Planta Geral de Belo Horizonte, então chamada “Cidade de Minas”, projetada pela Comissão Construtora da Nova Capital

Pouco menos de nove quilômetros quadrados; 24 praças, 22 avenidas e 67 ruas. Essa era a área total da zona urbana de Belo Horizonte à época de sua inauguração em 1897. Planejada em detalhes para servir como nova capital de Minas Gerais, a planta original da cidade delimitada pela Avenida 17 de Dezembro (denominada Avenida do Contorno) foi desenhada - rua a rua - em um traçado lógico e simétrico, como num tabuleiro de xadrez.

Para um mapa tão geometricamente perfeito, veio a calhar um sistema de nomenclatura igualmente acadêmico, misto de homenagem cívica e lição escolar. As ruas que se estendiam em sentido Norte-Sul, nas regiões onde hoje estão Savassi, Lourdes e Funcionários, foram nomeadas em homenagem a personagens históricos, poetas e escritores. Exemplos são as ruas Alvarenga Peixoto, Gonçalves Dias, Tomás Gonzaga e Felipe dos Santos. Em sequência, no mesmo sentido, as ruas que se localizam onde hoje está o hipercentro da capital, receberam nomes de tribos indígenas brasileiras, como Caetés, Tupis, Tamoios, Goitacazes e Timbiras.

Cortando essas ruas em sentido Leste-Oeste - sempre em ângulo reto (90 graus) - ruas batizadas em homenagem a cidades mineira (Juiz de Fora, Ouro Preto, Barbacena) e aos estados brasileiros. Encontrar a localização de ruas como Santa Catarina, São Paulo ou Rio Grande do Norte era tarefa bastante simples, uma vez que os nomes foram ordenados na mesma sequência em que os Estados se dispõem no mapa do Brasil.

Uma curiosidade é que as ruas que equivaleriam aos estados do Amazonas e Paraná receberam o nome de suas capitais. Isso porque as avenidas belo-

horizontinas homenageavam os principais rios brasileiros e, tendo maior visibilidade e prestígio, tiveram prioridade no uso da nomenclatura. Ficaram registradas assim uma Avenida Amazonas e uma Rua Manaus, bem como uma Avenida Paraná e uma Rua Curitiba.

E foram exatamente essas duas avenidas as únicas das que lembravam rios nacionais que mantiveram, até os dias de hoje, seus nomes originais. As demais foram rebatizadas ao longo das décadas, passando a lembrar personagens de destaque na política mineira. A Avenida Araguaia, por exemplo, virou Francisco Sales; a Paraibuna, Bernardo Monteiro; a Paraopeba, Augusto de Lima, e a via que homenageava o Rio São Francisco atualmente rende tributo a Olegário Maciel.

Também as praças foram nomeadas seguindo um padrão que praticamente desapareceu com os anos. As hoje conhecidas como Raul Soares, Diogo de Vasconcelos, Rio Branco ou Hugo Werneck, por exemplo, na época da inauguração de Belo Horizonte, foram nomeadas com datas cívicas como 12 de Outubro, 7 de Setembro, 15 de Novembro ou 13 de Maio. Considerada o coração da cidade, a Praça Sete (7 de Setembro) é das únicas que ainda remonta a uma data simbólica. Entretanto, este também não era seu nome original. Nomeada Praça 12 de Outubro, marcava o encontro de duas das principais avenidas da capital, Amazonas e Afonso Pena. Por sua importância, foi escolhida em 1922 para abrigar o monumento em celebração do centenário da Independência do Brasil. Assim, teve de trocar de nome com a autêntica Praça 7 de Setembro, que depois de se tornar 12 de Outubro acabou virando Praça Benjamim Guimarães, mais conhecida como Praça ABC.

Ferramentas Lúdicas na Educação Patrimonial

Sociabilizar o conhecimento, envolver e conscientizar a comunidade sobre sua responsabilidade na preservação de seu patrimônio cultural e fortalecer a construção de uma identidade coletiva; esse é o objetivo da Educação Patrimonial. Para simplificar e atrair a atenção, muitos municípios usam algumas ferramentas como cartilhas, revistas, jogos educativos, CDs interativos, almanaques, chaveiros, postais, calendários e ímãs de geladeira.

Segundo Carlos Rangel, diretor de Promoção do Iepha/MG, essas produções educativas, usadas nas escolas e junto aos grupos sociais, são importantes instrumentos de apoio na sensibilização das comunidades. “Mais que isso, elas atraem novos parceiros e aliados na importante e difícil tarefa de preservar os lugares da memória e as manifestações imateriais”, relata.

Em geral, as cartilhas são mais usadas pelo seu baixo custo e fácil confecção. Normalmente são criados mascotes para apresentar o assunto abordado, que pode ser o patrimônio em geral ou algum tema específico. Esse foi o caso do município de Pitangui que criou, ao término do programa de Educação Patrimonial desenvolvido em parceria com o Iepha, duas cartilhas, resgatando a história da centenária Escola Francisca Botelho, bem como da Primeira Companhia Têxtil do Centro Oeste Mineiro.

Em outros municípios a iniciativa deu tão certo que já foi lançada uma segunda edição. É o caso de Pará de Minas, onde em junho foi lançada a cartilha “Conhecendo Nosso Patrimônio Cultural – módulo II”. A publicação surgiu a partir da segunda etapa de um trabalho desenvolvido por alunos de sete escolas da cidade, escolhidas por sua localização. “Nosso objetivo era o de que a comunidade pudesse, através das cartilhas, ter acesso a informações sobre suas origens e seus valores culturais, sob a ótica dos próprios alunos que participaram do projeto”, revela Edna Morato Marino, ex-diretora de Cultura de Pará de Minas. A cartilha, que está disponível a toda a comunidade, pode ser encontrada nas escolas da rede pública e particular, na biblioteca pública, na casa de cultura e também na prefeitura.



▲ Materiais educativos diversos são instrumentos de sensibilização

Outro ótimo exemplo é o município de Ubá, onde desde 2006 o trabalho de Educação Patrimonial tem se intensificado, inclusive com a criação de uma coordenação que se dedica à conscientização da comunidade acerca da preservação de seu patrimônio, sua identidade e sua memória.

Dentre as atividades voltadas para as escolas, destaca-se a elaboração, a publicação e a distribuição do “Almanaque do Patrimônio”, com atividades lúdicas – caça-palavras, álbum de figurinhas e jogo de trilha – voltadas para crianças e adolescentes, tendo os patrimônios ubaenses como tema central. Segundo Anderson Moreira Vieira, coordenador de Educação Patrimonial do município, todo esse trabalho só foi possível graças à participação de Ubá no ICMS Patrimônio Cultural. “Com o repasse dos recursos do ICMS conseguimos dar continuidade aos nossos projetos”, relata.

Carlos Rangel ressalta que a Educação Patrimonial é um trabalho permanente de envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade, “contribuindo assim para a formação do indivíduo enquanto parte de uma coletividade”.



▲ Exemplares de cartilhas de educação patrimonial



Inquietação permanente



Professor de História e Teoria da Arquitetura, do Urbanismo e da Arte, na Escola de Arquitetura da UFMG, Carlos Antônio Leite Brandão, Cacá Brandão, transita com desenvoltura pelas áreas em que se especializou e também pelas atividades artísticas. Membro do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) e diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, nesta entrevista Cacá fala de sua relação com o patrimônio e de sua inquietude que o faz transitar por vários campos.

Qual sua relação com a questão do patrimônio e de que forma ela ganhou espaço de destaque em sua trajetória profissional?

A relação com o patrimônio se originou por várias razões, das quais destaco três. 1) A condição de cidadão e membro de uma comunidade com a qual tento me relacionar para compreender-me a mim e a ela, para conhecer sua tradição e o que dela me foi transmitido, de modo a que eu possa melhor servir à tradição futura que os de nosso tempo estão sempre a fundar. 2) Ter-me dedicado ao estudo da história da arquitetura e de nossa complexa relação com o tempo, que se expressa, entre outras coisas, através do espaço. Estudar o patrimônio é uma forma de problematizar o presente e acessar ao lugar em que primeiro habitamos: a história. Antes de habitarmos o espaço, habitamos o tempo. 3) Nosso presente está inflacionado de informações, imagens e mudanças muito rápidas. Contudo só percebemos o que passa diante daquilo que permanece, e vice-versa. Estudar o patrimônio, ser membro de vários conselhos que a ele se dedicam e realizar pesquisas e trabalhos são formas de manter a dialética frente a esta época de grandes e rápidas mudanças, de contrapor-se a ela e não nos afogar em seus fogos-fátuos. Pensar o patrimônio é simétrico a prospectar o futuro. Sempre que caminhamos para o futuro, caminhamos simultaneamente em direção ao passado e às origens. E vice-versa.

Como o senhor vê a criação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep)?

Sinto-me honrado por participar do Conep desde a sua fundação.

Precisamos definir melhor o seu campo de atuação e os objetos a ele submetidos, de modo que seu trabalho não se confunda com o dos conselhos municipais, do Iepha e outros órgãos de preservação. Temos um pouco esta multiplicação de instâncias por várias razões. Um dos maiores problemas que vejo hoje é termos fetichizado a noção de patrimônio, estarmos inseguros quanto ao que deve ou não ser preservado. Esta insegurança nos leva à multiplicação de fóruns que muito oneram e pouco acrescentam. Não podemos engessar a história e nem transferir para alguns especialistas um poder de decisão que exclui outros pontos de vista e outros fatores constituintes da vitalidade da cidade e seu espaço. Em nome do patrimônio temos assistido desenvolver-se uma reserva de mercado e um monopólio do discurso para alguns cujos argumentos são usados para calar todos os outros. O patrimônio é um dos fatores fundamentais para a constituição da identidade, da memória e da vida coletiva própria a uma cidade. A cidade é o lugar desta memória e do diálogo entre vários pontos de vista, do encontro com o outro e com o diferente, com uma tradição que se funda e não apenas com a tradição recebida.

Verifico que, mesmo que os conselhos se multipliquem, seus personagens quase sempre permanecem os mesmos e as mentalidades também. Seria preciso que eles fossem locais de diálogo, não se limitassem à esgrima entre posições pré-definidas e que jamais se deixam alterar pelas razões expostas nos debates. Se um conselho não for o lugar da construção da razão, em processo, será que ele tem razão de existir? Isto é algo que não se refere ao Conep, e sim a outras instâncias de nossa sociedade, cada vez mais incapaz de dialogar. Temo, enfim, que a multiplicação de conselhos

do patrimônio acabe excluindo outros fóruns, atores e espaços onde o patrimônio é discutido pelos cidadãos. A identidade da cidade não se limita ao “patrimônio”, ela se constrói dia a dia, como a nossa e as nossas lembranças. Aquilo que não é patrimônio talvez seja até mais importante para a vida da cidade e, inclusive, para a definição de seus espaços privados e públicos. Qual é o fórum em que ele é debatido? Onde e como o patrimônio cultural debate com a cultura que não é apenas patrimonial? Será que não era hora de também pensarmos num Conselho da Invenção Cultural?

O que mais importa seria constituir uma pedagogia do interesse público contra o interesse privado das corporações, seja a das construtoras e comerciantes, seja a dos arquitetos, historiadores e advogados. Sem a interação contributiva dos vários pontos de vista, não há como constituir-se uma razão pública que vá além da acomodação dos interesses privados. Tudo virou dinheiro e oportunidade de negócios e negocinhos, seja a Serra do Moeda e a Serra do Rola-Moça, seja a Praça Sete. Quando trata-se de conjuntos como estas serras, que envolvem vários municípios e regiões, aí sim, eu vejo uma oportunidade de ação bem delimitada para o Conep, junto com outros órgãos inter e supramunicipais, como a UFMG e o Iepha. Além disso, o Conep poderia apontar para aquilo que tem relevância para o Estado ou para a Nação, e que ultrapassa a repercussão municipal, por exemplo, Cataguases ou o artesanato do Jequitinhonha.

Como o senhor avalia o panorama atual da preservação do patrimônio cultural?

Muitas coisas boas têm acontecido, como vemos no centro de Belo Horizonte e em outros lugares. Sem os conselhos e o trabalho dedicado de muitos, talvez já tivesse a Serra da Moeda seguido inteiramente o caminho esburacado da Serra do Curral. O trabalho do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, por exemplo, é precioso e fundamental para a nossa cidade. Sem ele, não teríamos a nova Rua Caetés, a preservação de vários edifícios e lugares, de várias épocas. Creio que avançamos muito e isto se deve em parte à ação dos conselhos. É fundamental acrescentar-se a isso, o trabalho desenvolvido pelo Iepha, que deve ser sempre valorizado, bem como seus profissionais e técnicos. Contudo, como dito acima, temo duas coisas: 1) a transformação do patrimônio em fetiche e a sua consequente estetização; 2) a privatização do patrimônio, ou seja, entendê-lo apenas como coisa afeta a especialistas e profissionais que dele se servem para estabelecer uma reserva de mercado e um discurso monolítico de poder, que exclui todos os outros. Nada me convence de que nossa autoridade é maior do que aquela depositada por um cidadão provido de razão pública. Pois muitas vezes é esta razão que falta ao próprio especialista sobre o patrimônio. Ou seja, temo a dissociação entre patrimônio cultural e a cultura propriamente dita, com sua dinâmica, suas rearticulações e recombinações, inclusive do passado com o presente e com o futuro, cujo diálogo deve ser traduzido pelo espaço físico da cidade. Apesar de todos os avanços e contribuições dadas pelos estudos e trabalho feito sobre o patrimônio, em particular em Minas Gerais e em Belo Horizonte nos últimos anos, creio que é hora de recusarmos fortemente a idéia de que o patrimônio histórico e cultural é um fim em si mesmo. Ele é um instrumento, dentre vários, para a construção de uma razão pública e para a constituição de uma vida melhor. Ele deve servir para conservar nossas cidades, nossa memória e nosso meio-ambiente, sem congelar-nos a uma única dimensão da vida. Enfim, é preciso que saibamos contextualizar nossas questões sobre o patrimônio, e não apenas repetir as generalidades que se esboçam nas cartas de patrimônio. Precisamos

traduzi-las para o nosso contexto, onde os recursos são poucos e as centralidades espaciais são pouco constituídas. É por isso que defendo o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Mas talvez nada fosse mais importante, em nossas atuais discussões sobre o patrimônio da cidade, do que recuperar a antiga Praça dos Correios e a expressividade do Ed. Sulacap, o mais bonito edifício da cidade. O patrimônio deve lidar sempre, com a idéia de destruição também. Precisamos destruir aquele conjunto terrível de lojas que emudece o Sulacap, junto da Av. Afonso Pena. Precisamos de metrô para que a cidade não se sufoque. Precisamos de vazio e silêncio para que a música da cidade volte a acontecer. Produzir este vazio deve ser agenda dos que pensam o patrimônio cultural e arquitetônico, de modo a evitar as mordidas da mídia, do acúmulo de informações, da democracia de massa e de conjuntos como aqueles na frente do Sulacap, no Belvedere atual, no Buritis e outros lugares.

O senhor constantemente busca estabelecer conexões entre a Arquitetura e o Urbanismo com outras artes e ciências. Como entender este diálogo?

Acho que toda investigação intelectual específica acaba encontrando desafios e limites que a obriga a entrar em contato com outros campos que podem ajudá-la a superá-los. Existe uma interdisciplinaridade de superfície, aquela do “pesquisador generalista” que camufla sua incompetência travestindo-se com discursos de outras áreas. Isso é muito comum, por exemplo, quando substituímos o discurso propriamente urbanístico por aqueles oriundos da sociologia, da economia, da estatística e outras áreas. Tais discursos outros, contudo, não resolvem o problema afeto ao nosso ofício, que é o projeto, a prospecção e a construção de novos espaços. Por isso, enquanto os discursos sobre patrimônio se sofisticam, os projetos se banalizam, como vimos na reforma feita na Praça Sete há uns dez anos, na ocupação do Belvedere e em grande parte dos formalismos pós-modernistas dos anos 80, que beiraram o cinismo.

Mas existe, também, uma transdisciplinaridade profunda, que só pode ser empreendida por quem domina uma especialidade ao ponto de nela ver as fissuras e porosidades que a obrigam a entrar em contato com outras áreas para resolver seus problemas. Os problemas complexos do século XXI – da cidade, do meio ambiente, da energia, do transporte, do gerenciamento da informação, dos vários tipos de rede, da violência, da nutrição, das relações culturais, das epidemias, desastres e economias globalizadas etc. – não admitem uma solução unidimensional e fácil. Eles repercutem em várias áreas, exigem respostas complexas, inéditas e rápidas e entrelaçamento de várias perspectivas e discursos. O problema do patrimônio também exige esta leveza e esta horizontalidade para fazermos comunicar conhecimentos e discursos dispersos. Acho que é este o meu fascínio com o Renascimento, com Alberti e Leonardo da Vinci. Acho que eles representam a pré-história da transdisciplinaridade e cumpre revisitá-los, para sermos capazes de enfrentar os desafios e o novo ser humano do século XXI. Além disso, trafegar entre várias áreas é algo próprio de uma inquietude pessoal muito grande, muito ansiosa e nada confortável. Mas é a maneira com que me constituí. Talvez valha aí a frase de Paul Valéry: “nascemos muitos, mas morremos um só”. Transitar entre vários campos talvez seja a forma que tenho de tentar permanecer múltiplo e de não me reduzir apenas a uma dimensão da vida ou ao meu emprego na Academia. Paga-se um preço alto por isto, a começar pela inquietude e incompreensão permanente. Às vezes, se perde a noção do real. Mas será que esta noção já não há perdemos, há muito?



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO



| Monumento à Terra Mineira

O detalhe faz parte do painel de bronze, da lateral esquerda, do “Monumento à Terra Mineira ou Glória Eterna a Felipe dos Santos”, e representa o martírio do líder revoltoso.

Formado por quatro painéis, o monumento, inaugurado em 1930, foi idealizado pelo escultor e arquiteto italiano Júlio Starace. Ele representa a conquista do território mineiro pelas entradas e bandeiras, além de retratar mártires mineiros. No topo, um homem nu, segurando a bandeira de Minas, está posicionado de frente para o prédio da estação, parecendo dar as boas vindas a quem chega.

A construção da Praça Rui Barbosa, prevista na planta da Nova Capital, foi iniciada em 1904. Até 1923 tinha o nome de Cristiano Ottoni. Além dos jardins e esculturas, fazem parte do conjunto da praça, tombado em 1988, os seguintes prédios: Estação Central – antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde, Edifício Chagas Dória, Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da UFMG, antigo Instituto de Eletrotécnica, antigo Instituto de Química e Pavilhão Mário Werneck.

Maternidade Hilda Brandão cede espaço para a cultura

Referência de arquitetura para Belo Horizonte, o antigo prédio da Maternidade Hilda Brandão, tombado pelo Iphan em 1984, vai se tornar Centro Cultural e Administrativo da Santa Casa. Fundada pelo ginecologista e obstetra Hugo Werneck, então provedor da entidade, e inaugurada em 24 de junho de 1916, a maternidade funcionou no local até maio de 2006, quando foi transferida para o 11º andar da Santa Casa.

Construído na Rua Álvares Maciel, por iniciativa de Hilda Brandão, esposa do presidente do Estado na época, Júlio Bueno Brandão, e com ajuda de um grupo de mulheres da elite local, o edifício passa atualmente por obras emergenciais no telhado e nas esquadrias, enquanto o projeto de restauração e readequação está sendo elaborado. Para garantir as características originais do projeto do arquiteto Francisco Izidro, técnicos da Gerência de Projetos e Obras (GPO) estão fazendo o acompanhamento de todo o trabalho.

Quando foi tombado, o prédio já tinha perdido alguns de seus elementos característicos, como os vitrais que decoravam as janelas; mas outros ainda estavam preservados: azulejos portugueses adornando as enfermarias e pia de porcelana inglesa. Seus elementos mais marcantes são a sala de cirurgia - semicircular, em forma de um pequeno anfiteatro, importada da Alemanha e remontada aqui na época da construção – e o elevador – puxado manualmente e desativado em 1976 por desuso.

Para o secretário de Estado de Cultura, Paulo Brant, as características do prédio o tornam de grande

importância. “Estamos honrados em apoiar, por meio do Iphan, essa iniciativa, de suma importância para a preservação da história de nossa capital. Isso é prova de que o Governo de Minas olha com um olhar diferenciado e responsável o que temos de mais caro em Minas Gerais, que é o nosso patrimônio cultural”.



Prédio dará lugar a centro cultural e administrativo da Santa Casa 

Forro de Couto Magalhães restaurado em ateliê-vitrine

Após um longo período de espera, o forro da Igreja Bom Jesus do Matozinhos, de Couto Magalhães de Minas, a 362 quilômetros da capital, começou a ser restaurado no ateliê do lepha. A restauração, que está sendo feita por técnicos da Gerência de Elementos Artísticos, do lepha, juntamente

com o Grupo Oficina de Restauro, traz a proposta de ser um ateliê-vitrine. Universitários ligados à área e funcionários das gerências de Projetos e Obras e de Ações Preventivas – integrantes da Diretoria de Conservação e Restauração – farão estágios para acompanhar o trabalho.



Arquivo Lepha/MG

São 122 tábuas de cedro que mostram a representação do coroamento da Virgem pela Santíssima Trindade e, nas molduras, querubins e anjos adultos integram a trama decorativa constituída por rocalhas, guirlandas de flores e outros temas ornamentais.

O forro foi desmontado depois de uma vistoria apontar ataque de insetos, partes apodrecidas pela umidade e perdas, trincas, rachaduras e furos no suporte causados por infiltrações e insetos. Ao chegar ao lepha, o forro passou por um tratamento de imunização. Segundo Renato César de Souza, diretor de Conservação e Restauração, a previsão é de que o forro esteja restaurado em dez meses, pronto para ser entregue à comunidade de Couto Magalhães.

▲ Restauração do forro da Igreja Bom Jesus do Matozinhos, de Couto de Magalhães, na Gerência de Elementos Artísticos

Patrimônio perde Padre Simões

No último dia 20 de janeiro, Ouro Preto e Minas Gerais amanheceram de luto pela perda de um dos mais fervorosos defensores de seu patrimônio histórico e cultural. Vítima de um infarto, o cónego José Feliciano da Costa Simões, o padre Simões, era pároco da Igreja do Pilar em Ouro Preto há mais de 40 anos e foi conselheiro do lepha durante o governo de Tancredo Neves.

Ouro-pretano de nascimento, padre Simões iniciou sua formação sacerdotal em Belo Horizonte, no Seminário Coração Eucarístico de Jesus, e a concluiu em Mariana, no Seminário Maior e Menor. Graduado em Geografia, História e Ciências Naturais, fez especialização em História da Arte Sacra, Barroca e Filosofia da Arte em Paris, França.

Assistente em congressos de cultura e arte em diversos países, foi também professor em Juiz de Fora, Mariana e Ouro Preto. Em 1963, por meio de Bula Papal, foi nomeado vigário colado da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar. Foi pioneiro na luta contra poluição de uma indústria de alumínio em Ouro Preto, que degradava os monumentos de arte e prejudicava o meio-ambiente.

Sua maior vitória em defesa do patrimônio foi em 1962, quando recuperou 18 obras de arte sacra que haviam sido roubadas de várias igrejas em Ouro Preto nas décadas de 1950 e de 1960. Foi também de padre Simões a idéia de instalar pequenos museus em igrejas, começando com a criação do Museu da Prata e Ouro, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em 1965.

Realizou, entre os anos de 1984 e 1986, o inventário dos bens móveis e integrados da Paróquia do Pilar, e reorganizou o sistema de visita na Matriz de N.S. do Pilar, aumentando em menos de uma década a visitação de 13 mil para 120 mil pessoas por ano.

Com sua equipe, vinha apoiando a Arquidiocese de Mariana e outras dioceses na preservação de monumentos religiosos e até de capelas particulares, ermidas e oratórios. Em Salvador, Bahia, com Cardeal Brandão Vilela, promoveu ações na defesa de bens móveis religiosos.

Esperamos que o valioso trabalho e o grande empenho de padre Simões seja fonte inspiradora para outros defensores da rica cultura que Minas Gerais abriga.

Notas sobre a convergência de políticas de gestão do patrimônio cultural e ambiental

Angela Dolabela Canfora* e João Júlio Vitral Amaro **

As formas de gestão ambiental implicam a ponderação dos custos envolvidos para as melhores alternativas econômicas por ocasião do consumo dos bens da natureza. As decisões sobre o melhor uso dos recursos naturais são, na maioria das vezes, decisões exclusivamente econômicas: quanto seria o prejuízo futuro pela perda das reservas florestais? Quais os custos futuros para a disponibilidade da água se a degradação ambiental comprometer os mananciais? Qual o custo social da não implantação de empreendimentos? Mas pode ser que nem todas sejam redutíveis a um problema de viabilidade econômica simplesmente.

Uma localidade geográfica pode ser suporte tanto a bens culturais quanto àqueles bens objetos de política ambiental. Se no território não se distinguem um domínio do outro, essa divisão temática ocorre institucionalmente em função da operacionalidade e das atribuições definidas pela legislação.

Esses dois ambientes institucionalizados, o do meio ambiente e o da cultura, têm objetivos convergentes, linguagem e instrumentos semelhantes, mas objetos distintos, quando não, em alguns casos, conflitantes. As motivações de proteção são diversas, mas os instrumentos semelhantes. O que poderia favorecer a aproximação e a combinação desses objetivos?

Quando nos referimos ao meio ambiente e à cultura, pressupomos que as noções de preservação e de desenvolvimento sustentável sejam pelo menos conceitos conhecidos da linguagem de cada um dos domínios e que o resultado da reflexão em cada um deles tenha validade de um para outro. Isso quer dizer que, apesar de os conceitos técnicos terem significados próximos, a sua codificação e atribuição de valor guardam certa distância.

Os instrumentos de proteção e de gestão (planos de manejo para Unidades de Conservação e diretrizes de proteção para bens tombados) devem ser levados em consideração em estudos de impacto ambiental e, mais recentemente, de impacto cultural.

A adoção de indicadores culturais deve estar em consonância e em condições de aceitabilidade pelo sistema do meio ambiente. Porém, a objetividade deve ser relativizada, contextualizada; se de um lado, são explicitadas as motivações e o fortalecimento dos instrumentos de proteção, de outro, é revelada a fragilidade dos bens culturais ainda não protegidos frente a possíveis impactos culturais.

Pensar no limite dos aparatos de gestão mobilizados pela política na preservação dos pressupostos (culturais ou ecológicos) sobre os quais as sociedades se assentam é pensar a categoria de "risco". O risco aponta para o horizonte onde se ausentam os elementos vitais da sociedade. Frente aos riscos ambientais, as sociedades desenvolvem dispositivos para defesa ou reação, de acordo com suas capacidades tecnológicas. Toda essa capacidade de mobilização é característica de cada sociedade, sendo possível descrevê-las por meio da reação aos eventos que rompem com as expectativas de regularidade da vida social.

É conveniente abandonar a cisão natureza-técnica em proveito de uma abordagem que não seja simplesmente associar a natureza ao bem e a técnica ao antinatural.

A dimensão cultural é ainda tratada à margem da valoração de viabilidades, alternativas ou riscos, podendo-se duvidar que ela seja adequada aos termos de valoração tal como os produtos mensuráveis pelo valor econômico. Caberia vislumbrar a influência de decisões nos sistemas institucionais meio ambiente e cultura, de um para o outro: cultura é "meio" (Umwelt) do sistema meio ambiente e vice-versa, guardando a autonomia de cada um. Assim, há que se constroem modos de análise dos meios físico, biótico e socioeconômico que levem em consideração a diversidade cultural como parâmetro de qualidade ambiental e que possam significar, no âmbito das decisões, impactos positivos e mitigação desejados no ambiente construído.



Acervo Iepha/MG

Ponte Marechal Hermes - Pirapora/Buritizeiro



 Ponte Marechal Hermes, que liga os municípios de Pirapora e Buritizeiro, passa por obras em sua estrutura

A grande ponte metálica é considerada cartão de visita da região dos dois municípios mineiros. Inaugurada em 10 de novembro de 1922, tem placas comemorativas situadas em sua parte superior, tanto no lado de Pirapora quanto no de Buritizeiro. Na de Pirapora pode-se ler: “No anno de 1922 foi oficialmente inaugurada esta Ponte, sendo Presidente da República o Exmº Sr. Dr. Epitácio Pessoa e Ministros: os Exmºs Srs. Drs. Pires do Rio, Viação: Simões Lopes, Agricultura: Homero Baptista, Fazenda: Pandiá Calógeras, Guerra: Ferreira Chaves, Justiça; Veiga Miranda, Marinha e Azevedo Marques, Exterior”.

Do outro lado de Buritizeiro estão os seguintes dizeres: “Estrada de Ferro Central do Brazil. Diretor: Dr. Joaquim de Assis Ribeiro; Sub-Diretores Drs. José Luiz Baptista, Carlos de Andrade, Humberto Antunes, Carvalho de Souza, Carlos Euler, Alberto Flores e chefes de Secção de Construção: Drs. Caetano Lopes e Pires e Alburquerque”.

Para construção da ponte foram usados tecnologia e materiais importados, principalmente ingleses, o que representou a continuação da difusão da técnica construtiva em ferro, introduzida no Brasil no século XIX e da qual a expansão ferroviária foi pioneira.

A edificação do pontilhão tornou realidade o antigo sonho de transpor o Rio São Francisco, promovendo a emancipação econômica de Pirapora. Contudo, não foi possível alcançar o objetivo final, que era avançar com os trilhos até a cidade de Belém, no Pará. Esse projeto gigantesco de ferrovia - “Estrada de Ferro Central do Brasil” - propunha ligar a capital da República à capital do Pará, cruzando o Planalto Central.

A Ponte Marechal Hermes é um importante atrativo turístico da região por sua beleza e excepcional solução estrutural. Tem no total 692 metros de comprimento, em 14 vãos, sendo dez centrais de 50 metros e os marginais de 35 metros cada um. A largura total é de 8 metros, com dois passeios laterais para uso dos pedestres, que foram colocados mais tarde. Estas passarelas são sustentadas por mãos francesas metálicas engastadas no vigamento horizontal inferior. Possuem piso de tábuas corridas assentadas sobre perfis de ferro e a proteção é feita por guarda-corpo também metálico cujo desenho contrasta com a estrutura principal por seu frágil aspecto. Na mesma época foram colocadas também, ao lado dos trilhos, peças de madeira para trânsito de carros.

Atualmente, a ponte passa por obras emergenciais.



Nossa Senhora do Leite

Como a Virgem Maria foi homenageada em todas as fases de sua maternidade, é natural que também apareça uma iconografia com o título de Nossa Senhora do Leite, lembrando que foi com o seu leite que o Filho de Deus se alimentou nos primeiros meses de vida.

Essa devoção parece ter tido início perto de Belém, local de nascimento de Jesus. Na sua fuga para o Egito, a Sagrada Família teria parado junto a uma gruta para descansar, onde Maria teria alimentado o filho. Um pouco de leite caído sobre uma pedra teria feito com que a gruta ficasse toda branca, originando ali uma peregrinação que permanece até os dias atuais. Suas paredes mostram-se gastas pela contínua raspagem feita por mães que tomam a mistura de pó da rocha com água para aumentar o seu leite ou para conservá-lo. Uma capela que existe nesse sítio, datada do século XIX, foi erigida pelos franciscanos para abrigar a imagem de Maria amamentando.

Muitas imagens populares desta menção à Virgem apareceram no final da Idade Média, quando se buscava humanizar os temas religiosos, época em que Maria aparece mais como mãe do que como a Rainha do Céu dos períodos românico e bizantino.

A devoção à Senhora do Leite foi muito grande no Brasil, introduzida pelos portugueses. Existem imagens tanto em pintura quanto em escultura, sendo famosa a da Igreja do Carmo, em Belém do Pará.

Nessa iconografia, Maria, sem véu nem coroa e com os cabelos caindo sobre os ombros, traz no braço esquerdo o Menino Jesus, apertando o seio com a mão direita, num gesto de ternura maternal.

O mesmo dogma da Imaculada Conceição, que banuiu aos poucos o culto à Virgem Grávida, acabou por retirar de muitos altares as imagens de Nossa Senhora do Leite e seu filho, consideradas pouco adequadas para a santidade de Maria.



Reprodução

Nossa Senhora do Leite >>

| A Sagrada Família

Desde os primórdios do cristianismo existe a tríplice devoção a Jesus, Maria e José, mas foi no século XIX que ela ganhou maior visibilidade, a partir da criação de associações consagradas à Sagrada Família, em dioceses da França, Espanha, Itália e Portugal. Em 1886, o Papa Leão XIII fez a consagração de todas as famílias cristãs à Sagrada Família. Em 1893 instituiu-se a festa litúrgica da Sagrada Família, universalizada pelo Papa Bento XV, em 1921.

A devoção quer reviver o mistério de amor revelado na família de Nazaré, incentivando a imitação das suas virtudes. Essa iconografia pode ser variada, trazendo um número maior ou menor de personagens à cena, como na pintura de Rafael (1518) que reuniu Isabel, mãe de São João Batista, Maria, mãe de Jesus, as duas crianças e São José. Outro modelo mostra a família em sua casa, Jesus e São José trabalhando na madeira e a Virgem Maria envolvida com bordados ou fiação.



Reprodução

^ Sagrada Família (Corrigiani), (1518) - pintura de Rafael localizada atualmente na Antiga Pinacoteca de Munique